

## **Ensinar a docência: formar professores para a Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais**

**Teachers training: training teachers for Professional and Technological Education in Federal Institutes**

**Enseñanza de la docencia: formación de profesores para la Educación Profesional y Tecnológica en los Institutos Federales**

Cristhianny Bento Barreiro<sup>\*</sup>, Maria Helena Padilha Bandeira Moraes Hernandez<sup>\*\*</sup>

### **Resumo**

Formar professores para exercerem a docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um desafio, já que historicamente as políticas educacionais com esta finalidade não conseguiram se consolidar. Com a expansão dos Institutos Federais e a crescente necessidade de professores habilitados, indaga-se na pesquisa quais iniciativas formativas estão sendo ofertadas com este fim e qual seria o papel do estágio nestas? Com o objetivo de identificar os cursos que visam a habilitação de docentes para EPT e analisar o papel dos estágios nestas formações, desenvolveu-se uma pesquisa documental tendo como base as páginas dos 38 Institutos e documentos nela localizados. Foram identificados 18 cursos com abertura de vagas durante o ano de 2023, sendo 7 de graduação e 11 de pós-graduação *lato sensu*. Destaca-se que os estágios supervisionados obrigatórios aparecem em apenas 4 dos 18 cursos, com carga-horária de 150h a 400h. Conclui-se uma predominância das ofertas a distância e do aproveitamento da experiência docente como substituta dos estágios, o que pode resultar numa ausência de articulação entre os conhecimentos específicos, didático-pedagógicos e experienciais proporcionados pela discussão e socialização de práticas planejadas no coletivo.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Educação Profissional e Tecnológica; estágio docente; Institutos Federais.

### **Abstract**

Training teachers to teach in Professional and Technological Education (PTE) is a challenge, since historically educational policies for this purpose have not been able to be consolidated. With the expansion of the Federal Institutes and the growing need for qualified teachers, the research asks what training initiatives are being offered with this goal and what would be the role of the internship in them? In order to identify the courses that aim to qualify teachers for PTE and to analyze the role of internships in these trainings, a documentary research was developed based on the web pages of the 38 Institutes and documents located therein. A total of 18 courses were identified with vacancies during the year 2023, 7 of which were undergraduate courses and 11 were *lato sensu* graduate

---

<sup>\*</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora e pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Praça 20 de setembro, 455, Centro, Pelotas, RS, Brasil, CEP: 96015-360. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7547-1905>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9397465771404123>

E-mail: [cristhiannybarreiro@ifsul.edu.br](mailto:cristhiannybarreiro@ifsul.edu.br)

<sup>\*\*</sup> Mestre em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL). Doutoranda em Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Praça 20 de setembro, 455, Centro, Pelotas, RS, Brasil, CEP: 96015-360. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6144-433X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1615383665261119>

E-mail: [admmariahernandes@gmail.com](mailto:admmariahernandes@gmail.com)

courses. It is noteworthy that supervised internships appear in only 4 of the 18 courses, with a workload of 150 to 400 hours. It is concluded that there is a predominance of distance learning offers and the use of teaching experience as a substitute for internships, which may result in a lack of articulation between the specific, didactic-pedagogical and experiential knowledge provided by the discussion and socialization of practices planned in the collective.

**Keywords:** Teacher training; Professional and Technological Education; teaching internship; Federal Institutes.

### **Resumen**

Formar docentes para enseñar en Educación Profesional y Tecnológica (EPT) es un reto, ya que históricamente las políticas educativas para este fin no han podido consolidarse. Con la expansión de los Institutos Federales y la creciente necesidad de profesores calificados, la investigación se pregunta qué iniciativas de formación se ofrecen con este objetivo y cuál sería el papel de la pasantía en ellas. Para identificar los cursos destinados a capacitar a los docentes para la EPT y analizar el papel de las pasantías en estas capacitaciones, se desarrolló una investigación documental basada en las páginas web de los 38 Institutos y en sus documentos. Se identificaron 18 cursos con vacantes en 2023, de los cuales 7 fueron cursos de pregrado y 11 de posgrado lato sensu. Cabe destacar que las prácticas supervisadas aparecen solo en 4 de los 18 cursos, con una carga horaria de 150 a 400 horas. Se concluye que existe un predominio de las ofertas de educación a distancia y el uso de la experiencia docente como sustituto de las pasantías, lo que puede resultar en una falta de articulación entre los conocimientos específicos, didáctico-pedagógicos y vivenciales que brinda la discusión y socialización de las prácticas planificadas en el colectivo.

**Palabras clave:** Formación del profesorado; Educación Profesional y Tecnológica; pasantía docente; Institutos Federales.

### **Introdução**

Diariamente recebemos notícias de que a educação básica do país vai mal e que é necessário investir na formação de professores. Ouvimos que o futuro reserva um “apagão” de professores, que é necessário investir na formação do professor para o uso da tecnologia, que são necessários exames nacionais anuais para os licenciandos, dentre tantas outras manchetes que questionam a educação e colocam no centro do problema a formação do professor como responsável por sua baixa qualidade.

É certo que a formação do professor é um importante fator para que se estabeleça um sistema educacional de qualidade, mas também é certo que não se pode responsabilizar os professores e, nem mesmo, a educação por seu sucesso ou fracasso em um país com tamanhas desigualdades sociais.

Ainda assim, no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), percebemos que a profissionalização dos professores encontra resistências por parte de instituições e de professores que compreendem que o domínio do conteúdo específico, construído ao longo de uma graduação de bacharel ou tecnólogo, assegurado pela realização de um processo seletivo, seria suficiente para a atuação deste professor.

Essa crença encontra terreno em casos individuais em que são encontrados bons professores que nunca tiveram acesso formalmente aos conhecimentos pedagógicos ou didáticos, tendo-os construído em sua trajetória, empiricamente. Também no fato de que aos professores do ensino superior não é cobrada a realização de qualquer formação pedagógica, mas apenas a formação para pesquisa, desenvolvida no *stricto sensu*. Certamente tais premissas são verdadeiras, mas não poderiam sustentar a regulamentação de toda uma atividade profissional, tal como a docência na educação básica, sem que se pense em sua profissionalização. E, de fato, para atuar na educação básica, desde 1996, é exigido no Brasil que os professores sejam licenciados, sendo a exceção<sup>1</sup>, os professores da educação profissional técnica, para os quais é admitido o diploma de graduação em sua área de conhecimento.

No entanto, com a crescente complexidade do mundo atual, possuir os conhecimentos específicos não garante condições ao professor para que detenha conhecimentos pedagógicos que o auxiliem a lidar com as situações que adentram a escola. Reconhecendo a importância da formação inicial de professores, esse artigo se foca especificamente em analisar a importância dos estágios docentes na formação do professor para atuar na Educação Profissional e Tecnológica.

A partir de uma pesquisa documental, realizada nos sítios dos Institutos Federais, buscou-se identificar as propostas de formação de professores para EPT ofertadas nos Institutos Federais e analisar o papel dos estágios nas mesmas.

A seguir, apresenta-se brevemente um panorama da formação inicial do professor para EPT, seguido de um aprofundamento teórico sobre os estágios. Na sequência, apresenta-se os resultados da investigação, encerrando com algumas considerações finais.

### **Formação inicial do professor para Educação Profissional e Tecnológica**

O que um professor necessita saber? Existem conhecimentos essenciais ao exercício da profissão? Quais? Como ensinar o professor estes saberes? Como desenvolver com ele estes

---

<sup>1</sup> Também ficou admitida a formação em nível de magistério para os professores da educação infantil e séries iniciais, embora seja claro o movimento de prefeituras e estados de realização de concursos com a exigência mínima do curso de Pedagogia.

conhecimentos? Diversos autores já se debruçaram sobre essas questões, tais como Tardiff (2013), Gauthier (1998), Nóvoa (1992), Pimenta (2005) e Shulman (1987).

Segundo Domingues (2020, p.9), “um professor necessita conhecer o que ensina, ter propriedade sobre o conteúdo que vai apresentar aos seus alunos, mas precisa ir além, do contrário se torna um mero transmissor de informações”. Assim, a autora amplia a compreensão sobre o ensino para além do conhecimento do conteúdo: “Precisa ter a capacidade de ensinar, de sensibilizar, de gerar o interesse no aluno e o desejo de aprender”.

Os professores da EPT, no entanto, contam com um processo distinto dos demais professores, ao cursarem graduações de bacharéis e tecnólogos que os preparem para a atuação em empresas e indústrias, com conhecimentos específicos e saberes experienciais. “As noções de didática, planejamento, percepções sociais e de desenvolvimento humano apresentadas nas licenciaturas, que embasam inicialmente a prática docente dos professores, não fazem parte da proposta de bacharelado ou ensino superior tecnológico [...]” (Domingues, 2020, p.9).

Assim, assume-se que estes profissionais detenham os conhecimentos científicos do seu campo de formação, sem, no entanto, terem estudado ou discutido o campo relativo às ciências da educação.

De muitas maneiras é possível observar que a concepção educacional que vigora na Educação Profissional é a de que uma pessoa que domine os conteúdos específicos está preparada para ensinar aquilo que sabe, já que ela mesma foi capaz de aprender. E, é fato, que se tem diversos bons professores sem que tenham obtido a habilitação docente. É extremamente difícil buscar mapear de forma exata o que formaria um bom professor e, sem dúvida, as ciências relativas ao humano, dado a sua complexidade, desafiam que se tenha modelos que funcionem para todos e todas.

No entanto, com a crescente transformação do mundo, entende-se que a Educação Profissional caiba mais do ensinar um ofício para o mercado de trabalho, situação de sua origem. À Educação Profissional e Tecnológica cabe a formação omnilateral, integral, capaz de promover uma formação humana com vistas não apenas a atuar no mundo do trabalho, mas também promover transformações no sentido da justiça social.

Atualmente, as salas de aula contam com estudantes de diferentes origens, com ampla diversidade de gênero, sexual, com necessidades específicas, pessoas com deficiência, com

faixa etária de adolescentes à idosos, pessoas que sonham em prosseguir os estudos e outras que desejam ingressar de imediato no mundo do trabalho, e ensinar a todos e todas é uma tarefa árdua que requer do professor a compreensão não apenas de seu ofício, como também do mundo em que se insere, “a formação de professores do ensino médio deve articular conhecimentos sobre o mundo do trabalho, conhecimentos científico-tecnológicos sobre a área ser ensinada, conhecimentos pedagógicos, formação em pesquisa e experiência no trabalho docente” (Kuenzer, 2011, s.n.).

Portanto, a formação de professores para Educação Profissional que historicamente foi relegada a um caráter provisório, especial, emergencial, conforme constam em diferentes documentos, requer políticas que permitam sua consolidação no mundo atual. Segundo Machado (2019, p. 206), “o termo especial carrega diferentes significados, pois pode dizer do que é próprio, exclusivo e reservado a algo, alguém ou situação, mas também pode exprimir o que é ocasional, eventual, não regular [...]”.

Tunes e Barreiro (2023) discorrem sobre as idas e vindas das políticas de formação de professores para EPT. A partir da Resolução CNE/CP n. 2 de 2015, houve uma expectativa de que a formação de professores para EPT poderia encontrar um espaço que tornasse sua oferta regular, em função de sua inserção no âmbito das diretrizes de formação de professores para a educação básica. No entanto, na sequência, o país vivenciou anos de resoluções que promoveram a desprofissionalização do professor, subordinando-o à lógica da BNCC, imenso retrocesso que desmonta a formação básica dos estudantes do país. No âmbito da EPT, viu-se a aprovação das Resoluções CNE/CP n. 1 de 2021 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e a CNE/CP n.1 de 2022 que trata as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Tunes e Barreiro (2023, p.74) argumentam que:

A Resolução nº 1/2022, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da EPTNM, prevê que a formação inicial deve levar em consideração as competências gerais e específicas, tendo como referência dimensões como: o conhecimento profissional; a prática profissional e o engajamento profissional. Estas dimensões e o alinhamento com a BNCC pretendem a formação dos docentes da EPT, voltada para competências, com um viés pragmático, aliado aos interesses do mercado e não considerando os princípios e as concepções da EPT.

Em seu art. 4º, a citada resolução, prevê que os graduados não licenciados possam requerer a expedição de Diploma de Licenciatura em Docência na Educação, desde que comprove as condições abaixo:

- I – diplomação em curso de graduação de Bacharelado ou de Tecnologia;
- II – certificação no curso de Pós-Graduação lato sensu específico de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, e
- III – comprovação de, pelo menos, 400 (quatrocentas) horas de prática pedagógica em docência de componentes curriculares profissionais (BRASIL, 2022).

Desta forma, a formação do futuro professor torna-se fragmentada, em uma parte aprende os conteúdos específicos, em outra os conteúdos pedagógicos, sem que haja espaço de articulação desses saberes, uma vez que a comprovação das 400 horas de prática advém de espaço em que atua profissionalmente como docente, sem que seja garantida a necessária reflexão teoria-prática de forma coletiva, espaço esse previsto nos estágios docentes.

Assim, a seguir apresenta-se o papel dos estágios na formação dos professores e sua relevância para a articulação e significação dos conhecimentos aprendidos.

### **Estágio docente: espaço de articulação de saberes**

A Educação Profissional e Tecnológica tem grande representatividade no cenário educacional, respondendo às demandas por profissionais qualificados e aptos a enfrentar os desafios do mundo do trabalho em constante evolução. Portanto, os professores da EPT precisam de uma formação docente sólida e contextualizada.

Durante a formação, o estágio docente permite que os professores em formação vivenciem, de forma direta, a dinâmica da Educação Profissional e Tecnológica. É durante o estágio que os futuros educadores têm a oportunidade de integrar teoria e prática, aplicar conceitos pedagógicos e desenvolver estratégias de ensino específicas do ambiente educacional técnico. Além disso, a orientação e supervisão dos professores proporciona uma visão crítica e construtiva das práticas pedagógicas em uma vivência de prática compartilhada.

Kern e Aguiar (2019) compreendem os estágios como processo fundamental à formação profissional de professores, como um mergulho nas vivências educacionais, problematizando o que parecia banal, para compreender e tornar visíveis as relações estabelecidas no contexto de

prática. Assim, afirmam que o que se espera com o estágio é fazer cumprir as diretrizes pedagógicas que lhe conferem legitimidade como aspecto formador no conjunto de atividades, ações e estratégias adotadas por professores.

Além da integração de teoria e prática, os estágios docentes contribuem para o desenvolvimento de habilidades específicas, necessárias para o contexto da EPT. Isso inclui a capacidade de lidar com equipamentos e tecnologias específicas, compreender as demandas do mundo do trabalho relacionadas à área de atuação e adaptar métodos de ensino para promover a aprendizagem prática e aplicada.

O estágio formativo é o percurso para a construção dos significados da docência, pois se dá em entorno de aprendizagens na e fora da sala de aula.

Enfim, trata-se de uma aprendizagem sobre a docência em suas múltiplas dimensões, envolvendo o que acontece no interior da escola por meio da participação e vivência de todo projeto educativo escolar (relações de ensinar e aprender de diferentes sujeitos e tudo que essa relação envolve), a percepção da importância do vínculo com os alunos [e as alunas], com outros professores [e outras professoras] e demais profissionais que atuam nesse ambiente, o relacionamento com a comunidade e também os modos de tratar o conhecimento e as atividades desenvolvidas para sua assimilação e produção, etc. (Aguiar; Pereira; Viella, 2017, p.134).

A formação deve ir além da aquisição de técnicas didáticas, é necessário privilegiar a formação no âmbito das políticas públicas educacionais do país, em observância ao modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, de modo que o ser humano seja visto igualmente importante às relações de mercado e ao fortalecimento da economia.

Logo, pode-se dizer que a finalidade do estágio é “levar os alunos a uma análise das realidades sobre os quais atuarão e, também, servir como fonte de experiências concretas para as discussões sobre as questões de ensino e procedimentos pedagógicos” (Pimenta, 1995, p.65). Portanto, o estágio vai além de um componente curricular na formação docente, ele se configura como uma atividade prática educativa e, ainda, pode se constituir em atividade de pesquisa no campo social.

No campo da pesquisa educacional, encontramos autores que defendem a ideia de que o conhecimento se dá pela pesquisa, atividade fundamental para atuação político-pedagógica de docentes. Nessa perspectiva, os professores em formação vivenciam aprendizagens significativas e de caráter processual e, assim, tem a oportunidade de tornarem-se professores crítico-reflexivos e habilitados a transformar o contexto educacional (Aguiar, Pereira e Viella, 2017; Pimenta e Lima, 2009).

O estágio, então, integra o corpo de conhecimentos do curso de formação de professores perpassando todas as suas disciplinas, além de seu espaço específico de análise e síntese ao final do processo formativo. Cabe-lhe desenvolver atividades que possibilitem o conhecimento, a análise, a reflexão do trabalho docente, das ações docentes nas instituições, a fim de compreendê-las em sua historicidade, identificar seus resultados e os impasses que apresenta. Dessa análise crítica, à luz dos saberes disciplinares, é possível apontar as transformações necessárias no trabalho docente nas instituições (Pimenta, 2009).

A partir deste entendimento, compreende-se que o espaço de formação na qual se dá o estágio é capaz de provocar a reflexão e problematização sobre as situações de ensino e de aprendizagem que ocorrem em sala de aula. Para Nóvoa (2022), a formação que valoriza o aspecto investigativo e a formação profissional docente na perspectiva de criar vínculos com diferentes realidades educativas, proporciona ao professor em formação a possibilidade de refletir, dialogando, e de valorizar as experiências dos envolvidos, devendo o exercício profissional estar presente no processo formativo.

Diante disso, a reflexão sobre a prática no estágio mobiliza o docente em formação a tomar consciência de si e sobre seu conhecimento, levando-o a assumir posicionamentos em seus contextos sociais.

Por fim, sabe-se que é necessário compreender a complexidade do processo de aprender e ensinar professores, entendendo que a dimensão subjetiva faz parte do processo de formação inicial e continuada. Ao mesmo tempo, a produção de saberes expressa e impulsiona ações e relações pedagógicas fundamentais, devendo as formações terem um olhar cuidadoso sobre as dinâmicas relacionais, privilegiadas durante os estágios docentes, bem como para os processos históricos do professor em formação.

Em sequência, apresenta-se os resultados obtidos em pesquisas realizadas nas páginas dos Institutos Federais, explorando a presença de estágios docentes.

### **Os cursos de formação inicial de professores para EPT dos Institutos Federais: limites e possibilidades**

Os Institutos Federais são lócus privilegiado para formação de professores para EPT, uma vez que são instituições verticalizadas, em que é possível vivenciar desde a educação

básica até a formação em nível de pós-graduação. Além disso, possuem como missão a formação de professores. Desta maneira, a pesquisa buscou identificar e analisar as propostas de formação de professores para EPT ofertadas nos Institutos Federais, buscando o papel dos estágios nessa formação. Foram investigados os 38 Institutos.

A primeira constatação realizada é a dificuldade de obter informações sobre os cursos destinados à formação destes professores que, no caso, quando se tratasse de formação pedagógica para graduados não-licenciados, poderíamos supor, seriam encontrados junto aos demais cursos de graduação e, quando se tratasse de curso de especialização em docência para a educação profissional, estaria junto aos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela instituição. No entanto, nem sempre isso se dá dessa maneira. Além disso, quando encontrado, não há informação clara sobre periodicidade de seleção e funcionamento ou não do curso.

Para tentar ultrapassar essa dificuldade, buscou-se identificar os cursos em que houvesse oferta de vagas durante o ano de 2023, como forma de garantir que os cursos analisados estão em efetivo funcionamento. Posteriormente, foram identificadas 18 ofertas, apresentados na tabela 1.

**Tabela 1 – Cursos ofertados por Institutos 2023/2024.**

Curso	Instituto	Campus	Data Edital	Tipo	UF
Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	IFSUL	Pelotas	01/11/2023	Graduação	RS
Licenciatura em Formação Pedagógica para graduados não Licenciados	IFSUL [UAB]	Reitoria/Passo Fundo	16/11/2023	Graduação	RS
Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	IFRS (Rio Grande do Sul)	Sertão	06/10/2023	Graduação	RS
Docência para a Educação Básica	IFPR (Paraná)	Astorga	10/10/2023	Especialização	PR
Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio – EaD	IFSP (São Paulo)	São Paulo	19/05/2023	Graduação	SP
Programa Especial de Formação de Docentes para Educação Básica	IFSP (São Paulo)	Itapetininga	26/07/2023	Graduação	SP

Programa Especial de Formação de Docentes para Educação Básica	IFSP (São Paulo)	Sertãozinho	28/04/2023	Graduação	SP
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	IFRJ (Rio de Janeiro)	Engenheiro Paulo de Frontin	23/06/2023	Especialização	RJ
Formação Pedagógica na Educação Profissional, Científica e Tecnológica	IFMS (Mato Grosso do Sul)	Aquidauana	28/08/2023	Especialização	MS
Docência para Educação Profissional e Tecnológica	IFBA (Bahia) [UAB]	EaD	Edital geral em 2023	Especialização	BA
Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	IFMA (Maranhão)	Caxias	19/12/2023	Graduação	MA
Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	IFMA (Maranhão)	Caxias	01/02/2023	Especialização	MA
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT)	IFRN (Rio Grande do Norte)	Caraúbas, João Câmara, Marcelino Vieira, Parelhas e São Gonçalo do Amarante	30/03/2023	Especialização	RN
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EaD/UAB)	IFPB (Paraíba)	Cabedelo	15/03/2023	Especialização	PB
Docência na Educação Profissional e Tecnológica	IF Baiano	Serrinha	16/10/2023	Especialização	BA
Pós-Graduação em Docência para a EPT	IFAC (Acre)	Rio Branco	24/08/2023	Especialização	AC
Especialização Lato Sensu Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica	IFAM (Amazonas)	Ead/UAB	06/02/2023	Especialização	AM
Docência Para a Educação Profissional, Científica E Tecnológica	IFPA (Pará)	Araguaia	26/08/2023	Especialização	PA

**Fonte:** Elaborado pelas autoras deste artigo.

A dificuldade de acesso à informação das páginas, não permite afirmar que apenas esses 18 cursos estão em funcionamento. Como característica, são encontradas as chamadas turmas únicas, ou seja, apenas acontece o ingresso de uma nova turma, quando há a conclusão de

turma anterior. Portanto, é razoável pensar em um número maior de cursos funcionando, cujos ingressos se darão ao longo de 2024. Contudo, a partir da oferta de vaga em 2023, tendo sido esses 18 os cursos encontrados, compuseram o *cópus* de análise da pesquisa aqui apresentada.

Os cursos de graduação representam 7 ofertas e os de especialização 11. Há uma clara preferência pela oferta da formação docente para EPT por meio de cursos de especialização. Tal característica permite pensar em fatores que impulsionariam tal ação. Talvez o fato da valorização na carreira docente EBTT de pós-graduação e não de uma segunda graduação possa ser um elemento de influência.

Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados constam de uma carga-horária de 1000 horas a 1400 horas, sendo 300 horas destinadas ao estágio supervisionado (Brasil, 2015), ou de 760 horas, sendo destas 400 horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular (Brasil, 2019). Já os cursos de especialização teriam um mínimo de 360 horas (que seriam adicionados das 400 horas de prática para habilitarem à docência), diversos dos cursos aqui citados possuem carga-horárias superior ao mínimo, chegando até 560 horas.

Do ponto de vista de carga horária, tanto os cursos de formação pedagógica amparados nas Diretrizes de 2019, quanto os cursos de especialização parecem semelhantes, exceto que os cursos de graduação possuem maior regulação, requerendo avaliação do Ministério da Educação, realização de Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, regularidade de oferta, cumprimento das reservas de vagas, dentre outras normas que regem os mesmos, enquanto os cursos de pós-graduação podem se constituir de oferta isolada e não demandam maiores atos autorizativos, uma vez que as instituições têm autonomia para tal oferta.

Também é preciso frisar que durante os anos progressos, houve uma iniciativa da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) de promover grupo de trabalho que culminou com um projeto pedagógico de curso de especialização a distância com foco na formação de professores para EPT. Esse projeto tem sido adotado por alguns Institutos, representados na Tabela 1. Além de não prever o estágio docente supervisionado, foca-se nas questões didáticas e instrumentais por um viés pragmatista, não tratando dos aspectos históricos e contextuais do trabalho e educação no país. Percebe-se tal movimento pela ausência de importantes referências do campo, tais como Frigotto, Ramos, Kuenzer, Machado, Moura, dentre outros.

Outro aspecto relevante é a predominância dos cursos à distância. Dos 7 cursos de graduação, 5 são presenciais e 2 a distância, e dos 11 cursos de especialização, 1 é presencial e 10 a distância, compondo um total de 6 cursos presenciais e 12 a distância, o que corrobora a tendência nacional da progressiva ampliação de formação de professores nesta modalidade.

Assim, o aspecto aqui investigado, o estágio como espaço de desenvolvimento profissional do docente em formação passa a possivelmente estar restrito aos cursos de graduação, fato esse investigado nos cursos de especialização aqui constantes e confirmado. Assim, os sete cursos de graduação passaram a ser o foco para analisar o papel dos estágios na formação destes professores.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, no ano de 2023, teve processos seletivos abertos para dois cursos de graduação, o Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do Campus Pelotas e o curso de Licenciatura em Formação Pedagógica para graduados não Licenciados. No primeiro curso<sup>2</sup>, é possível visualizar um Projeto Pedagógico com 1437 horas, alinhado a Resolução n. 2 de 2015, cuja carga-horária de estágio é de 300 horas, realizado durante os quatro semestres do curso. Nesse caso, o estágio docente supervisionado, de caráter obrigatório, caracteriza-se como atividade articuladora dos conhecimentos específicos com os conhecimentos didático-pedagógicos do professor em formação, constitui-se como uma atividade acadêmico-pedagógica, intencionalmente planejada, tendo como foco a ação-reflexão-ação (IFSUL, 2023). O curso oferta a cada semestre 30 vagas para ingresso e acontece na modalidade presencial, titulando o professor em Licenciado em sua área de graduação.

Percebe-se uma concepção de estágio que se aproxima do que Nörnberg (2017, p.19) afirma:

O estágio curricular é uma ocasião potente e singular para o processo de aprendizagem da docência porque favorece condições estruturais e relacionais para, ao mesmo tempo, praticar o que é próprio da atividade profissional – ensinar – e, principalmente, refletir e teorizar sobre o que se experimenta, produzindo conhecimentos pedagógicos. Trata-se de um tempo em que se atua sob a supervisão e orientação de um *expert*, participando de processos que colocam em movimento múltiplos aspectos que constituem as ações de ensinar e aprender uma profissão [...].

---

<sup>2</sup> IFSUL. Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em: <http://www2.pelotas.ifsul.edu.br/fpg/index.html> Acesso em: 3 dez. 2023.

Dessa forma, o professor em formação tem a possibilidade de observar, atuar, compartilhar e refletir, numa espiral reflexiva, incorporando a teoria na percepção e resolução de problemas.

O segundo “curso” apontado, também de oferta do IFSul, trata-se de um edital cujo objetivo é a

[...] seleção de PORTADORES DE CERTIFICADO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU) EM DOCÊNCIA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – DOCENTEPT DO IFSUL, CONCOMITANTEMENTE COM DIPLOMA DE TÍTULO SUPERIOR (BACHARELADO E TECNÓLOGO) E PRÁTICA PEDAGÓGICA EM DOCÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, para a validação de estudos e equivalência a Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica.<sup>3</sup>

Ou seja, não é efetivamente a oferta de um curso, mas de uma certificação, tendo em vista o cumprimento das três exigências apontadas: a realização do curso de especialização em EPT – DOCENTEPT, a apresentação de diploma de bacharel ou tecnólogo e a comprovação de 400 horas de docência em disciplina de curso técnico. Neste caso, o candidato fará jus ao título de Licenciado em Educação Profissional e Tecnológica.

No mesmo, há o aproveitamento da prática profissional deste docente no processo de o habilitar à docência. Cabe refletir, se de fato há uma equivalência entre praticar a docência em contexto de trabalho ou de praticá-la mediante uma intencionalidade pedagógica. Para o professor que já atua, o estágio pode permitir oportunidade ímpar de formação continuada (Pimenta; Lima, 2009), já que o aproxima de colegas de profissão, os professores supervisores e orientadores, e de colegas em formação, permitindo que experientes e iniciantes possam realizar aprendizagens compartilhadas. Entende-se que a valorização da experiência do professor possa se dar no contexto do estágio e não em sua supressão.

O curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, Campus Sertão, prevê 400 horas de estágio, argumentando que:

Apesar de a integração entre teoria e prática ser um pressuposto transversal a todos os componentes curriculares, no Curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados, os estágios curriculares constituem-se nos momentos em que as ações dessa natureza são privilegiadas. Os estágios obrigatórios do Curso totalizam 400 horas. Ainda é possível a realização de estágios não obrigatórios.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> IFSUL. Edital n. 014 de 2023. Disponível em: <https://editais.ifsul.edu.br/index.php?c=lista&id=924> Acesso em: 03 dez. 2023.

<sup>4</sup> IFRS. Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/sertao/ensino/cursos-superiores/formacao-pedagogica-para-graduados-nao-licenciados-novo/> Acesso em: 3 dez. 2023.

No Instituto Federal de São Paulo (IFSP) foram localizados três programas de formação pedagógica com oportunidades de ingresso em 2023. No primeiro, do Campus São Paulo, presente na tabela 1, identifica-se que o curso se sustenta na Resolução n. 2 de 2019, que afirma que o curso deva ter:

[...] carga horária distribuída em dois grupos de conhecimentos, a saber:  
I - Grupo I: 360 (trezentas e sessenta) horas para o desenvolvimento das competências profissionais integradas às três dimensões constantes da BNC Formação, instituída por esta Resolução.  
II - Grupo II: 400 (quatrocentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular. (BRASIL, 2019, p. 10).

Verifica-se que a menção efetuada é a de Prática Pedagógica e não mais de estágio supervisionado, produzindo como efeito a não obrigatoriedade de estágio. Sendo assim, o curso distribui as práticas pedagógicas por diversas disciplinas, mantendo um estágio supervisionado de 150 horas:

Prática como Componente Curricular (PCC), pertencente ao Grupo II de conhecimentos dos licenciandos, foi concebida no sentido de contribuir para a superação de uma visão dicotômica de formação de professores, tornando concreta a perspectiva de formação integrada e integradora. Nesse sentido, a PCC se constrói na reflexão da atividade profissional ao mesmo tempo em que exercita essa atividade, sendo estágio supervisionado e atividades de trabalho acadêmico intrinsecamente articulados, de modo que concorrem conjuntamente para a formação da identidade do professor e para o desenvolvimento de projetos extensionistas.<sup>5</sup>

Já os outros dois Programas Especiais de Formação de Docentes para Educação Básica do IFSP, Campus Itapetininga e Sertãozinho, não deixam claro de que forma estão dispostas as horas práticas, O curso afirma que o profissional que o concluir: “[...] estará habilitado a trabalhar como professor e terá competências para planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos ao ensino da área na qual possui graduação.”<sup>6</sup>

O curso de Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, *campus* Caxias, prevê 400 horas de estágio supervisionado. O Projeto de curso afirma que:

O Estágio Supervisionado é a oportunidade que os estudantes têm de colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica. Este é o momento em que o estudante entra em contato com o campo no qual atuará após a conclusão do curso, oportunizando a observação, a participação e a correlação entre

---

<sup>5</sup> IFSP. Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/4rVkJkOzPtSBTJaY1#pdfviewer> Acesso em: 3 dez. 2023.

<sup>6</sup> IFSP. Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em: <https://cursos.ifsp.edu.br/graduacao/curso/SRT120200/> Acesso em: 3 dez. 2023.

a teoria aprendida na sua formação profissional e a prática realizada no dia a dia, é o momento, também, de refletir e confirmar a sua escolha profissional.<sup>7</sup>

Há no projeto o reconhecimento da importância dos estágios, cujo objetivo seria “promover maior integração entre a aprendizagem acadêmica e a compreensão da dinâmica das instituições de educação básica.” (IFMA, 2023), vivenciando as diferenças, o cotidiano do espaço escolar e aperfeiçoando a prática do docente em formação, ressaltando a importância de integração entre instituição formadora, escola e comunidade.

Assim, após a análise das 18 ofertas de vagas (certificação) em 2023 dos Institutos Federais pode-se inferir que o estágio supervisionado não vem ocupando espaço central na formação destes professores, equivalendo a experiência docente, na maior parte dos casos, como a possibilidade de integração dos saberes construídos ao longo do curso, ficando a cargo dos indivíduos essa articulação.

Na sequência, conclui-se com alguns apontamentos relevantes para que se pense e investigue o tema em questão.

## **Considerações Finais**

Ao encerrar o trabalho, convém ressaltar que dos 18 cursos identificados e, por conseguinte, investigados, apenas 4 fazem menção explícita à necessidade de cumprimento de estágio docente obrigatório, sendo a carga-horária variável de 150 horas a 400 horas. Pode-se afirmar a tendência em equiparar a experiência profissional à Prática Pedagógica, necessária à formação desses professores. Também é possível afirmar a prevalência de cursos de especialização como forma de habilitar os professores para a docência, bem como, também, de cursos na modalidade a distância.

Em que pese a relevância da experiência docente dos professores em formação, como fonte de suas reflexões e repertórios de ação, entende-se que o estágio supervisionado é o cerne da formação de um professor, um momento privilegiado de planejar, executar e avaliar a própria prática, na mediação com outros professores que o acompanham e na mediação do coletivo em formação. Também cabe destacar que o estágio como espaço central do projeto de formação

---

<sup>7</sup> IFMA. Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em: <https://caxias.ifma.edu.br/cursosofertados/formacao-pedagogica/> Acesso em: 3 dez. 2023.

do professor, permitem dar novos significados aos conhecimentos que vão sendo aprendidos e, assim, integrados ao saber e ao fazer deste professor.

É preciso que os Institutos assumam o protagonismo de projetos de formação de professores para Educação Profissional e Tecnológica, pautados na integração e na articulação dos diversos saberes em diálogo, sustentados no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, pois assim estará institucionalizando um caminho profícuo de profissionalização de docentes para essa modalidade de ensino – a EPT.

## Referências

AGUIAR, P. A.; PEREIRA, G. A.; VIELLA, M. A. L. O uso da metodologia dos Projetos Criativos Ecoformadores (PCE) no estágio curricular supervisionado de um curso de licenciatura do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Campus São José. Caçador: **Revista Professare**, v. 6, n. 2, p. 123-140, 2017. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro\\_estagio\\_supervisionado\\_formacao\\_docente.pdf/f515dcb2-1508-40bd-98b9-2aed31379d6a](https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro_estagio_supervisionado_formacao_docente.pdf/f515dcb2-1508-40bd-98b9-2aed31379d6a). Acesso em 19 dez 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&Itemid=30192) . Acesso em 14 dez 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em 14/12/2023

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1** de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União. Ed. 3, seção 1, p. 19. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Acesso em 04 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1** de 6 de maio de 2022. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação). Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=23678-rcp001-22&category\\_slug=maio-2022-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=23678-rcp001-22&category_slug=maio-2022-pdf&Itemid=30192) Acesso em 07 jul. 2022.

DOMINGUES, Thaianne de Góis. **Conhecimentos docentes: a educação profissional e tecnológica em questão**. Curitiba: Appris, 2020.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da Pedagogia**. Ijuí: Unijuí, 1998.

HERNANDES, Maria Helena Padilha Bandeira Moraes; BARREIRO, Cristhianny Bento. Trajetórias de formadoras de professores: os desafios do desenvolvimento profissional docente. **Revista**

**Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 20, n. 65, 2020. DOI: 10.7213/http://doi.org/10.7213/1981-416X.20.065.DS14. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/26442> . Acesso em: 26 dez. 2023.

KERN, Caroline; AGUIAR, Paula Alves de. Para além das aparências: diálogos e dialogias na formação docente. In: **Estágio Supervisionado na Formação Docente: Experiências e Práticas do IFSC-SJ / Organização: Paula Alves de Aguiar ... [et. al.]**. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2019. 298 p. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro\\_estagio\\_supervisionado\\_formacao\\_docente.pdf/f515dcb2-1508-40bd-98b9-2aed31379d6a](https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro_estagio_supervisionado_formacao_docente.pdf/f515dcb2-1508-40bd-98b9-2aed31379d6a) . Acesso em 19 dez 2023.

KUENZER, Acácia Z. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, jul./set. 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação docente para a educação profissional: limites e possibilidades de institucionalização. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 200-216, out./dez. 2019. Disponível em <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13061> . Acesso em 27 dez. 2021.

NÓVOA, António (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1992.

NORNBERG, Marta (org.). Formação em contextos de estágio e desenvolvimento profissional. São Leopoldo: Oikos, 2017. 160 p. E-book. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Formacao%20em%20contextos%20de%20estagio%20-%20e-book.pdf>. Acesso em 13 dez 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.94, p. 58-74, ago., 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SHULMAN, L. S. Knowledge and Teaching Foundations of the New Reform. **Harvard Educational Review**, v. 57, n. 1, p. 1-22, fev., 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.17763/haer.57.1.j463w79r56455411> Acesso em: 26 dez. 2023.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TUNES, E. O. ; BARREIRO, C. B. . O ir e vir da legislação educacional brasileira no curso da história da formação de professores da Educação Profissional e Tecnológica. **História em Revista**, v. 28, p. 56-79, 2023.